

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Texto CB1A1

A regulamentação do direito quilombola — reconhecido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF) — passou anos sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação. Em 2001, o Decreto n.º 3.912 delimitou o período entre 1888 até 5 de outubro de 1988 para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos”, utilizando uma noção de quilombo vinculada à definição colonial da Convenção Ultramarina de 1740. Tal decreto foi revogado pelo de n.º 4.887/2003, que, por sua vez, aboliu a exigência de permanência no território e, com base no critério de autodefinição previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para povos indígenas e tribais, definiu a categoria “remanescentes de quilombos” como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto n.º 4.887/2003, art. 2.º). O decreto também estabeleceu a necessidade de desapropriação das áreas reivindicadas por particulares, bem como a titulação coletiva das terras dos quilombos, e impediu a alienação das propriedades tituladas.

A previsão de autodefinição é de suma relevância porquanto parte do pressuposto de que não cabe ao poder público, nem a nenhum pesquisador, imputar identidades sociais. Esse princípio vai de par com o Decreto Federal n.º 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo-os como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

F. Vieira *et al.* Sob o rufar dos *ng'oma*: o judiciário em disputa pelos quilombolas. *Revista Direito e Práxis*, v. 8, jan. 2017, p. 560-1 (com adaptações).

Com base nos sentidos veiculados no texto CB1A1, julgue os seguintes itens.

- 1 Conforme exposto no texto, compete ao Estado fixar critérios rígidos que definam o pertencimento de uma pessoa a grupos étnico-raciais.
- 2 Entende-se da leitura do texto que o Decreto n.º 4.887/2003 revogou o Decreto n.º 3.912/2001 com o intuito de atualizar a definição de “remanescentes de quilombos”.
- 3 Da leitura do texto conclui-se que o Decreto n.º 6.040/2007 trata de comunidades que mantêm inalteradas suas tradições socioculturais.
- 4 Depreende-se da leitura do texto que seus autores apoiam a adoção da autodefinição como critério de caracterização dos povos e comunidades tradicionais.
- 5 Pelos argumentos apresentados no texto, entende-se que o requisito de “permanência no território” para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos” fere o pressuposto que respalda a adoção do critério de autodefinição dessas comunidades.

Considerando os mecanismos de coesão e coerência textuais e as relações de sentido estabelecidas no texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “sua” está empregado em referência a “A regulamentação do direito quilombola”.
- 7 Estariam mantidos os sentidos e a coerência do texto caso se substituísse, no primeiro período do segundo parágrafo, “porquanto” por **logo**.
- 8 No último período do último parágrafo, o vocábulo “que” em “que ocupam e usam territórios e recursos naturais” retoma “formas próprias de organização social”.
- 9 A coerência e a correção gramatical do texto seriam mantidas caso o segundo parágrafo fosse assim iniciado: **No entanto, a previsão (...)**.
- 10 No segundo período do segundo parágrafo, a expressão “Esse princípio” faz referência ao pressuposto anteriormente citado, o qual, conforme se depreende da leitura do texto, constitui o fundamento da “previsão de autodefinição”, mencionada no início do parágrafo.

Acerca de aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 11 Estaria preservada a correção gramatical do texto caso os travessões empregados no primeiro período do primeiro parágrafo fossem substituídos por vírgulas.
- 12 No trecho “com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (terceiro período do primeiro parágrafo), o emprego da preposição “com” em sua segunda ocorrência justifica-se pelo necessário estabelecimento do paralelismo sintático entre as expressões introduzidas pela referida preposição.
- 13 No último período do primeiro parágrafo, a substituição de “a titulação” por **da titulação** não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas alteraria as relações sintáticas nele estabelecidas.
- 14 Não haveria prejuízo da coesão e da coerência textual caso o trecho “sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação” (primeiro período do texto) fosse assim reescrito: **sem que qualquer instrumento legal de abrangência nacional guiasse sua efetivação**.
- 15 Estariam mantidos os sentidos e a correção do segundo período do último parágrafo do texto caso o segmento “vai de par com” fosse substituído por **segue par à par com**.

Considerando as regras estabelecidas na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os itens a seguir.

- 16 A existência, no âmbito da pessoa jurídica, de mecanismos internos de integridade é considerada na aplicação de eventual sanção.
- 17 O valor da multa aplicada com fundamento na Lei Anticorrupção será obrigatoriamente destinado ao ente lesado.
- 18 A celebração do acordo de leniência importa a suspensão do prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens seguintes.

- 19 A Lei de Improbidade Administrativa busca tutelar o patrimônio dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.
- 20 Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais.
- 21 Cometerá ato de improbidade administrativa o servidor público que exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido pelo desempenho da regular função pública.

Acerca do regime jurídico dos servidores do Ministério Público (MP), julgue os itens subsequentes à luz da Lei Complementar n.º 75/1993.

- 22 A autonomia funcional, administrativa e financeira do MP confere-lhe a possibilidade de praticar atos próprios de gestão, podendo ele propor ao Poder Legislativo a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares.
- 23 Para exercer o controle externo da atividade policial, o Ministério Público da União pode ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais, bem como ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade fim policial.
- 24 O Centro de Apoio Operacional é órgão de execução do MP que tem como atribuição disciplinar os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo para atender às necessidades da administração.

De acordo com a Resolução n.º 92/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno do CNMP, julgue os itens que se seguem.

- 25 No CNMP, incumbe ao secretário-geral reconhecer as situações de dispensa e ineligibilidade de licitação.
- 26 No âmbito do CNMP, as partes e os demais interessados serão intimados dos atos processuais por meio de publicação no Diário Eletrônico desse conselho, podendo o relator determinar, entre outras possibilidades, que a intimação ocorra por carta registrada, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.
- 27 Órgão de comunicação direta e simplificada entre o CNMP e a sociedade, a Corregedoria Nacional do Ministério Público tem como objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento, aos cidadãos, das atividades desenvolvidas por aquele conselho e pelo MP.

Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público, do ciclo orçamentário e dos princípios orçamentários.

- 28 Na avaliação da regularidade das contas públicas, as contas de gestão (contas de ordenação de despesas) prestadas ou tomadas dos administradores de recursos públicos são julgadas pelo tribunal de contas, o qual, após examinar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de cada ato administrativo, exara acórdão, que terá eficácia de título executivo se exigir reparação de dano patrimonial ou estabelecer sanção mediante a aplicação de multa.
- 29 As contas de governo, seja de desempenho, seja de resultados, têm julgamento político.
- 30 O ciclo orçamentário corresponde ao interregno de tempo em que se processam as atividades típicas (fases) do orçamento público, as quais consistem em aprovação legislativa, execução, prestação e julgamento das contas.
- 31 No orçamento da União, a estimativa total de imposto de renda deve ser registrada como receita e a respectiva parte destinada aos municípios deve ser registrada como despesa.
- 32 O patrimônio público pertence à coletividade, logo o uso da receita derivada prescinde de lei instituída, não se admitindo despesa pública sem a devida autorização orçamentária.

No que diz respeito à organização e gerenciamento de arquivos e pastas e ao armazenamento de dados em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 33 O Windows 10 permite criar uma pasta com o nome `CNMP:Serviços` e, para isso, basta abrir o Explorador de Arquivos, acionar as teclas `CTRL + SHIFT + N`, digitar `CNMP:Serviços` e teclar `ENTER`.
- 34 O Explorador de Arquivos do Windows 10 permite que se compacte e descompacte arquivos com extensão `.zip`.
- 35 Uma das características do armazenamento em nuvem é a elasticidade, ou seja, o usuário pode aumentar e diminuir a escala verticalmente, conforme a demanda, e pagar apenas pelo que usa.
- 36 Sistemas de armazenamento em nuvem permitem que usuários façam *backup* de arquivos gerais de maneira *online*.

Text CB2A2

Anyone who has interacted with superbots ChatGPT or image generator DALL-E might be wondering what the future of artificial intelligence (AI) holds for humanity.

ChatGPT is an AI program that generates text in a very human-like manner when asked questions. Just ask DALL-E or similar programs to create a picture of a French bulldog driving a pink convertible and voila: you'll see several versions in seconds.

Science fiction in the mid-20th century created good-natured AI such as the computer on Star Trek helping the Enterprise crew, as well as its evil twin set on destroying its creators like HAL in Arthur C. Clarke's famous book (or Stanley Kubrick's 1968 film adaptation) **2001: A Space Odyssey**. In 2023, however, we're surrounded by AI that's far more mundane than those examples. The virtual assistant in your smartphone, the airline chatbot and the robot vacuum cleaning your floors don't seem to have any aspirations to rise above humanity and have been designed to help us.

We should be prepared for bigger things to come than games, better chatbots or photo generators. Connectivity is key: think of AI as a general-purpose innovation like electricity that powers and connects other technologies, including sensors, robots, genomic devices and 3D printers. AI's use will only intensify and accelerate as faster computing technology is developed, along with greater sensors capturing data, often called the Internet of Things (IoT). In the future, AI will be interwoven in virtually every aspect of commercial and personal activities.

Peter Marber. **Artificial Intelligence: Why Should We Care?**
Internet: <www.newsweek.com> (adapted).

Judge the following items according to the information given in text CB2A2.

- 37** Robot vacuum cleaners are a much less threatening example of the use of technology than HAL.
- 38** Interaction with existing AI prompts questions about the future of humanity.

Considering the linguistic and semantic aspects of text CB2A2, judge the following items.

- 39** The adverb "virtually", as used in the last sentence of text, means **nearly**.
- 40** The word "wonder", in the first paragraph, is used here in the sense of "decide".

Com relação às disposições constitucionais inerentes ao CNMP, julgue os itens seguintes.

- 41** O corregedor nacional do Ministério Público poderá designar e delegar atribuições a membros do Ministério Público da União, sendo vedada a requisição de servidores efetivos do Ministério Público dos Estados.
- 42** A competência do CNMP de receber e conhecer das reclamações e de aplicar sanções administrativas se refere apenas aos membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos estados, não incluindo os servidores que executarem os serviços auxiliares dessas instituições.

À luz da vigente Constituição Federal (CF), julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos políticos, dos partidos políticos e do Poder Judiciário.

- 43** A cassação dos direitos políticos é expressamente vedada pela CF e as hipóteses de perda ou suspensão desses direitos estão previstas no texto constitucional, não sendo possível que legislação infraconstitucional amplie esse rol dentro do texto constitucional.
- 44** Caso o Congresso Nacional aprove e o presidente da República sancione lei que, após ser publicada, tenha a sua constitucionalidade questionada no curso de processo que tramite no TRF da 1.ª Região, esse tribunal não poderá declarar a inconstitucionalidade da citada lei, sob pena de usurpação da competência do STF.
- 45** Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura e estabelecer as regras sobre sua organização e seu funcionamento, mas não é permitida a previsão, em seus estatutos, de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros.

Caio, cidadão brasileiro, protocolou requerimento administrativo em uma autarquia federal, a fim de obter acesso a determinada informação de cunho pessoal. João, servidor público dessa autarquia, por ter amizade íntima com o requerente, atuou como seu intermediário junto à repartição pública.

Em relação a essa situação hipotética e aspectos de direito administrativo a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 46** Autarquia é entidade da administração pública indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado e de patrimônio próprio, sendo sua criação autorizada por lei.
- 47** As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às autarquias, uma vez que elas integram a administração pública indireta.
- 48** A conduta de João consiste em infração disciplinar para a qual é prevista a penalidade administrativa de advertência.
- 49** A conduta de João na situação apresentada viola o princípio administrativo da impessoalidade.
- 50** Conforme a Lei n.º 9.784/1999, que rege o processo administrativo, a amizade íntima entre Caio e João é circunstância que motiva arguição de impedimento de João para atuar no processo administrativo.

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Acerca dos fundamentos, das teorias e da sociologia da comunicação, julgue os itens que se seguem.

- 51** Segundo teóricos que se servem dos conceitos de autopoiese para explicar que a comunicação é uma operação realizada puramente por sistema, não há nada de humano na comunicação.
- 52** Resultante do modelo circular da comunicação, a teoria da informação é estruturada a partir do processo emissor – receptor – *feedback* – mensagem.
- 53** A chamada sociedade do espetáculo é compreendida como o conjunto das relações sociais mediadas pelas imagens.
- 54** Advinda de estudos acerca das relações entre cultura e sociedade, a teoria crítica da comunicação propõe substituir o conceito de indústria cultural pelo termo cultura de massa.

Julgue os itens a seguir, pertinentes à comunicação pública.

- 55** O balanço social e a participação da sociedade no que diz respeito às questões de interesse público são perspectivas importantes no contexto da comunicação pública, que deve ser promovida e estimulada pelo governo e pelos órgãos públicos.
- 56** Comunicação pública é o processo de informar com foco na construção da cidadania.

No que se refere à comunicação empresarial e à gestão de marcas, julgue os próximos itens.

- 57** As mudanças históricas e sociais são processos que geram pouco impacto no processo identitário de uma organização.
- 58** O desenvolvimento de um processo comunicativo embasado em *database marketing* é parte fundamental da gestão de marca, pois a lealdade com os consumidores gera valorização nos nichos de mercado de atuação.
- 59** A utilização da *intranet* como instrumento de comunicação interna em uma organização possibilita a propagação de informações padronizadas e a mensuração de acessos de usuários.

Julgue os itens que se seguem, referentes a responsabilidade social corporativa e a comunicação de crise.

- 60** A gestão de crises requer cuidados e envolve processos comunicacionais importantes. Nesse sentido, garantir agilidade na resolução dos problemas é parte fundamental do papel do porta-voz da organização.
- 61** A responsabilidade social corporativa, que faz parte das iniciativas de *marketing* das organizações, deve ser implementada para a promoção da imagem institucional, a partir de discursos que engajem o público-alvo.

À luz do que dispõe o Código de Defesa do Consumidor, julgue os próximos itens, pertinentes às relações com os consumidores.

- 62** O princípio da disparidade negocial se refere à igualdade de condições entre consumidores no momento da contratação.
- 63** Ordem jurídica e ordem informacional são os âmbitos nos quais o princípio da vulnerabilidade é subdividido.
- 64** Nas relações de consumo, os deveres inerentes aos princípios da boa-fé são a informação, a cooperação e a proteção da incolumidade físico-psíquica e patrimonial do consumidor.

Julgue os seguintes itens, relativos a comunicação pública, a imagem institucional e a cerimonial e protocolo.

- 65** Um dos elementos do conceito de opinião pública diz respeito à expressão pública capaz de gerar discussões privadas e individuais. O requisito para que ocorra o diálogo deve ser originário do âmbito individual.
- 66** Devido à sua natureza objetiva, a imagem institucional deve ser percebida por todos os colaboradores de maneira uniforme.
- 67** A precedência no processo cerimonial deve respeitar a hierarquia de uma pessoa sobre outra no âmbito de seus privilégios e prerrogativas.
- 68** Segundo resolução do CNMP, o vice-procurador-geral da República é o segundo na chamada e na sequência de ingresso na ordem de precedência nas solenidades e na hierarquia dos integrantes do referido conselho.
- 69** Conforme o Decreto n.º 70.274/1972, o envio de representante no lugar de autoridade que não possa comparecer a jantares e almoços não pode ocorrer, pois nenhum convidado pode fazer-se representar.

Relativamente aos elementos estruturais do texto e a linguagem e argumentação, julgue os itens a seguir.

- 70** A coesão referencial ocorre quando algum elemento textual faz referência a outro.
- 71** Textos informativos devem conter introdução, desenvolvimento e conclusão e devem ser escritos com linguagem clara, direta e objetiva.

Julgue os itens seguintes, acerca da retórica e da teoria da argumentação, bem como de temas emergentes da comunicação.

- 72** A utilização da retórica a partir de argumentos lógicos e de formas intencionais no discurso auxilia na obtenção de aprovação da audiência e reconfirma as opiniões dos destinatários.
- 73** Nas redes sociais, a velocidade da propagação de informações é maior entre os laços fracos que entre os laços fortes.
- 74** O termo *wiki* refere-se a publicações individuais feitas em *blogs* privados.
- 75** Um conteúdo fabricado premeditadamente com o objetivo de espalhar informações inteiramente falsas se enquadra no conceito de *fake news*.

Tendo em vista que a assessoria de imprensa deve levar informações relevantes sobre o assessorado à sociedade ou a públicos específicos, com o objetivo de formar uma imagem positiva da organização, julgue os próximos itens, relativos à assessoria de imprensa.

- 76** Uma fonte institucional é vista na condição de perito em assuntos de seu domínio, devido ao fato de ser de uma determinada área, como, por exemplo, segurança pública.
- 77** Uma organização que disponha de *site* oficial e redes sociais deve valer-se desses veículos de comunicação eletrônica para divulgar seus vídeos institucionais.
- 78** É recomendado que salas de imprensa *online* sejam concebidas levando-se em consideração os fatores usabilidade, acessibilidade e arquitetura da informação.
- 79** É indispensável conhecer o funcionamento da mídia para se encontrar oportunidades de promoção da organização.
- 80** Os componentes exotéricos e esotéricos na divulgação da notícia se diferenciam pela visibilidade pública midiática adotada pelos setores público e privado, exigindo-se do setor público que sua comunicação seja mais exotérica.

Acerca da produção técnica do jornalista, julgue os itens seguintes.

- 81** Em um jornal, pauta é o conjunto de assuntos que uma editoria está cobrindo para determinada a edição e, ainda, a série de indicações transmitidas ao repórter.
- 82** Pautas ruins ou podres são matérias trabalhosas que resultam em textos secundários, de menor interesse.
- 83** Segundo as normas técnicas de padronização do preenchimento de um espelho de um telejornal, o VT pode conter imagens do repórter, de um entrevistado ou de cobertura, incluindo reportagens, *stand-ups*, lapadas e notas cobertas.
- 84** Em uma reportagem, a nota pé deve repetir as informações da reportagem.
- 85** Por carecerem de uma análise mais aprofundada dos fatos, notícias que abordem assuntos inesperados ou acontecimentos muito recentes são consideradas frias.
- 86** É incabível checar informações com o entrevistado em caso de dúvidas, pois o entrevistador deverá possuir de antemão as informações necessárias para a entrevista.

Considerando os critérios a seguir na elaboração de textos jornalísticos, de modo a fazer que estes tenham legitimidade e formato apropriado, julgue os próximos itens.

- 87** Os termos *barrigada* e *fake news* são sinônimos e expressam a produção intencional de notícias falsas.
- 88** Atualidade, universalidade, periodicidade, difusão e estruturação retórica são características de um material jornalístico.
- 89** Notícia é a informação mais extensa e mais rica na trama de relações entre os universos de dados, enquanto a informação jornalística é pouco durável, mais breve que a notícia, por estar presa à emergência do evento que a gerou.
- 90** A crônica política procura antecipar fatos e revelar tendências, razão por que se assemelha a um noticiário ou a uma reportagem.

Julgue os itens que se seguem, relativos às técnicas de redação jornalística.

- 91** O texto no formato pirâmide invertida pode ser utilizado tanto na mídia impressa quanto nas mídias digitais.
- 92** Nariz de cera é a matéria produzida para se trazer um tema publicado em uma primeira reportagem, devido à importância do assunto.
- 93** O lide pode focar na síntese ou na análise, no particular ou no genérico, de acordo com as características do veículo em que o texto será publicado.
- 94** Quanto à forma, os lides para revistas e jornais impressos são iguais, mas diferem dos lides para mídias digitais, nos quais se permite maior criatividade.
- 95** O emprego de aspas para indicar a reprodução de uma declaração é bastante comum e muito frequente no jornalismo impresso.
- 96** O infográfico funciona como uma reportagem, pois possibilita ao leitor entender a notícia como se fosse um texto corrido.

Julgue os itens a seguir, relativos a jornalismo e meios de comunicação de massa.

- 97** O jornalista, ao escrever um texto para televisão, deve optar por frases que deem sentido de ação à notícia e passem a informação de forma clara e objetiva.
- 98** É dispensável relembrar a notícia principal na produção de uma suíte.
- 99** O termo nota coberta corresponde à sequência de notícias agrupadas em uma mesma editoria.
- 100** O texto na TV deve respeitar a força da imagem, funcionando como um suporte ao descrever as ações presentes nela.

De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue os próximos itens.

- 101** A Constituição Federal de 1988 (CF) assegura expressamente a autonomia dos entes federativos da República Federativa do Brasil, cuja organização político-administrativa se circunscreve aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- 102** O texto constitucional confere ao presidente da República a prerrogativa de delegar algumas de suas competências privativas ao procurador-geral da República, que, observando os limites traçados na respectiva delegação, poderá conceder indultos e comutar penas.
- 103** As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.
- 104** A vedação constitucional de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo não se estende à hipótese em que o presidente da República, por iniciativa própria, decida revogar a medida anteriormente editada.

De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir.

- 105** O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um desses membros indicado pela Câmara dos Deputados, ficando dispensada, para este, a aprovação pelo Senado.
- 106** O corregedor nacional do Ministério Público é escolhido, em votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, sendo vedada a recondução.
- 107** Se um membro do Ministério Público da União (MPU) cometer infração funcional e contra ele for aberto processo administrativo disciplinar, o CNMP não poderá avocar o processo em curso, sob pena de violar a competência disciplinar e correccional do MPU.

Julgue os itens que se seguem, relativos à aplicabilidade das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às competências legislativas dos entes da Federação.

- 108** As normas constitucionais de eficácia plena são assim classificadas porque não é necessário que produzam todos os seus efeitos essenciais de forma direta, imediata e integral, bastando terem a possibilidade de produzi-los.
- 109** As normas constitucionais de eficácia contida subdividem-se em dois grupos: normas programáticas e normas de legislação.
- 110** A proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é um direito fundamental previsto expressamente na CF e, para sua concretização, foi conferida à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente sobre a matéria.

Acerca das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

- 111** Diante de uma hipótese prevista na lei em questão para dispensa de licitação, mas havendo possibilidade de competição entre potenciais fornecedores, a administração pública estará obrigada a realizar o procedimento licitatório.
- 112** É possível a combinação entre as hipóteses previstas na lei em apreço para a efetivação da contratação por dispensa de licitação.
- 113** A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada e(ou) pela opinião pública, pode ocorrer por inexigibilidade de licitação.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes aos procedimentos auxiliares das licitações e contratações dispostos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- 114** No procedimento de credenciamento, a administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, o edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento anual de novos interessados.
- 115** No sistema de registro de preços, o edital deverá dispor acerca da possibilidade de prever preços diferenciados para quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.
- 116** O procedimento de pré-qualificação se destina à seleção prévia de licitantes para participar de futuro processo licitatório ou de bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela administração.

No tocante aos dados pessoais sensíveis e ao seu tratamento, julgue os itens seguintes com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — Lei n.º 13.709/2018.

- 117** Na hipótese de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, o tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer independentemente de consentimento legal do seu titular.
- 118** A LGPD considera o número do CPF da pessoa natural um dado pessoal sensível.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo administrativo.

- 119** Diante do indeferimento da alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados no processo administrativo, cabe recurso com efeito suspensivo.
- 120** O processo administrativo pode ser instaurado de ofício ou a pedido do interessado.

Espaço livre